



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 05 - Sociologia na Educação Básica

SOCIOLOGIA E ENSINO TÉCNICO: A CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA DIDÁTICA CRÍTICA PARA O CURSO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Tiago Manika Adamoski¹

Fagner Carniel²

INTRODUÇÃO

A implementação do Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio na rede pública estadual do Paraná, ocorrida a partir de 2022, se insere em um contexto mais amplo de transformações sociais, políticas e educacionais, orientadas pela Reforma do Ensino Médio e por uma racionalidade neoliberal, que reconfigura os sentidos da formação escolar. Nesse cenário, é perceptível a ampliação de uma centralidade da formação técnica e a redução do espaço das Ciências Humanas, em especial da Sociologia, nos currículos escolares.

Com isso, esses movimentos que se intitulam como reformas educacionais são implantadas e reforçam a lógica de priorizar habilidades voltadas para um mercado de trabalho

¹ Mestre em Sociologia pelo PROFSOCIO - UFPR, Professor da SEED PR, maadamoski@gmail.com.

² Doutor em Sociologia Política pela UFSC, Professor do Departamento de Ciências Sociais da UEM, fcarniel@uem.br.

precarizado sem questioná-las, de modo a internalizar sua posição social como algo natural, ao invés de propor uma formação crítica e reflexiva, como discutido por Bourdieu e Passeron (2018)

a AP (ação pedagógica) escolar que reproduz a cultura dominante, contribuindo desse modo para reproduzir a estrutura das relações de força, numa formação social onde o sistema de dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima (Bourdieu; Passeron, 2018, p. 27).

Nesse sentido, a ação pedagógica escolar não acaba reproduzindo apenas a cultura dominante, mas também se legitima pela capacidade de internalizar essa lógica como se fosse algo natural, neutralizando, assim, questionamentos sobre sua arbitrariedade. Com isso, as políticas educacionais resultam dessas disputas de forças e ideias de cada período histórico, com efeitos desiguais entre os diversos grupos sociais, ainda que sempre vinculadas às dinâmicas mais amplas dos campos político, econômico, social e educacional. (Adamoski, 2026).

No que diz respeito ao Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, essa reorganização tende a reforçar uma compreensão de tecnologia como um campo neutro e instrumental, que se volta, sobretudo, à empregabilidade e ao desenvolvimento de competências operacionais. Tal perspectiva acaba por desconsiderar perspectivas pedagógicas que se relacionam com as tecnologias digitais como artefatos que são produzidas em contextos sociais, econômicos e políticos específicos, atravessados por relações de poder, desigualdades e disputas de sentidos (Bueno e Carniel, 2015), evidenciando, desse modo, a necessidade de abordagens críticas no ensino da computação.

Diante desse contexto, este artigo parte das discussões desenvolvidas na dissertação elaborada no âmbito do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional (Adamoski, 2026), que teve como objetivo analisar as possibilidades de inserção da Sociologia no Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas. A partir dessa problematização, busca-se apresentar e discutir a elaboração de uma cartilha didática como proposta de intervenção sociológica no Ensino Técnico, com o objetivo de aprofundar discussões críticas sobre tecnologia no contexto do ensino da computação.

A cartilha concebida como um material de apoio à prática docente, inicialmente a partir da disciplina de Introdução à Computação, mas com potencial de articulação com diferentes áreas do conhecimento. Ao propor atividades, debates e recursos didáticos que abordam temas

como plataformas digitais, algoritmos, vigilância e desigualdades, o material busca tensionar narrativas hegemônicas sobre tecnologias, sobretudo digitais, e ampliar o espaço da Sociologia frente a formação técnica.

Ao se analisar a cartilha simultaneamente como um material didático e uma prática de intervenção curricular, este artigo poderá contribuir para o debate sobre o papel da Sociologia no Ensino Técnico e sobre as possibilidades de articulação entre formação técnica e formação crítica em contextos educacionais recentes, marcados pela padronização do fazer pedagógico e pelo estabelecimento de uma racionalidade neoliberal.

O ENSINO TÉCNICO NA RECONFIGURAÇÃO CURRICULAR DO PARANÁ

Esse artigo não pretende retomar a dissertação em sua totalidade, mas busca selecionar um de seus desdobramentos mais concretos: a cartilha didática produzida como material de apoio à prática docente. Desse modo, a dissertação que antecede a produção da cartilha tem como ponto de partida a implementação do Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio no Paraná, que ocorreu no ano de 2022, marcado por uma racionalidade neoliberal, conservadorismo e redução das Ciências Humanas (Adamoski, 2026). Com isso, ao se retomar tais contextos, busca-se aqui situar a cartilha como resposta pedagógica e sociológica a um currículo, processo de organização curricular e a uma racionalidade que concebe a tecnologia como algo neutro, ao passo que visa reduzir a oferta das disciplinas das Ciências Humanas, e em especial, da Sociologia, bem como seus espaços nos currículos.

Desse modo, argumentamos que esse processo de reorganização curricular pode ser compreendido à luz de uma racionalidade neoliberal que vem atravessando as políticas educacionais contemporâneas. Laval (2019) discute esse movimento pelo qual a educação passa a ser progressivamente orientada por princípios de eficiência, desempenho e adaptação às demandas do mercado, deslocando, assim, o sentido da formação para uma lógica utilitarista.

As reformas impostas à educação serão cada vez mais guiadas pela preocupação com a competição econômica entre os sistemas sociais e educativos e pela adequação às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica geral. O objetivo das “reformas orientadas para a competitividade” (*competitiveness-driven reforms*) é, portanto, melhorar a produtividade econômica ao melhorar a “qualidade de trabalho”. A padronização de objetivos e controles, a descentralização, a mutação da “gestão educacional” e a formação de professores, são reformas “focadas na produtividade” (*productivity-centred*) (Laval, 2019, p. 37 – grifos do autor).

Nesse sentido, Stephen Ball (2025), apresenta que essas transformações implicam a incorporação de práticas gerenciais e performativas no campo educacional, redefinindo, dessa forma, o trabalho docente, os currículos e os próprios objetivos da escola.

O “currículo” aqui é sobre o setor público aprender a enfrentar suas supostas inadequações, a prender lições advindas dos métodos e dos valores do setor privado e aprender a reformar-se. Assim como, em outro sentido, aprender as “lições duras” ensinadas pelas disciplinas do mercado. (...) O setor privado é o modelo a ser emulado, e o setor público deve ser “empreendido” à sua imagem (Ball, 2025, p. 65 – grifos do autor).

No contexto do Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, tal racionalidade se materializa na centralidade atribuída às competências técnicas e a empregabilidade, em detrimento de uma formação mais ampla e reflexiva. Essa configuração tende a reduzir o espaço das Ciências Humanas, em especial a Sociologia, e, por consequência, busca limitar as possibilidades de problematização das relações sociais que atravessam o trabalho, a tecnologia e a própria Educação. Esse cenário faz com que o currículo passe a operar como espaço de disputas, no qual determinadas formas de conhecimento são priorizadas em função de sentidos que possam operar dentro da racionalidade neoliberal, enquanto outras são reduzidas, silenciadas ou marginalizadas.

Ao se analisar o caso específico do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, essa orientação se articula à construção de uma compreensão da tecnologia como neutra e instrumental, voltada sobretudo à ideia de execução de tarefas e ao desenvolvimento de habilidades operacionais. Contudo, tal perspectiva desconsidera que as tecnologias são produzidas em contextos sociais, históricos e políticos específicos. Langdon Winner (1986) apresenta que os artefatos tecnológicos incorporam formas de poder e organização social, não podendo, assim, ser compreendidos de maneira dissociada das relações que os constituem.

Com isso, a ausência dessa problematização no ensino de computação pode contribuir para a formação de estudantes que dominem ou reproduzam operações técnicas, mas que pouco refletem sobre os contextos sociais nos quais essas tecnologias são produzidas e utilizadas.

Como alerta Paula Sibília (2012), a incorporação de dispositivos digitais na escola frequentemente opera como uma simulação de inovação pedagógica, mantendo práticas tradicionais sob uma aparência de modernização. No caso da educação profissional, tal lógica tende a se intensificar quando usos de tecnologias digitais passam a ser confundidos com

inovação educacional, mesmo quando as práticas permanecem centradas na transmissão de conteúdos, na padronização de procedimentos e na obediência às prescrições curriculares.

Dessa forma, quando se privilegia lógicas da competência, da performance e de produtividade na área de formação técnica, acaba-se, então, por reproduzir uma visão de educação que reduz o processo formativo à mera adequação ao mercado de trabalho, esvaziando, assim, a dimensão crítica do conhecimento, desconsiderando as múltiplas experiências e silenciando questões importantes como desigualdade social, racial e de gênero.

Nesse sentido, as tecnologias não apenas operam como ferramentas, mas como dispositivos que incorporam e produzem determinadas visões de mundo e relações de poder. Desse modo, ao se adotar sem críticas esses dispositivos técnicos e suas lógicas de funcionamento, o currículo do Curso Técnico deixa de questionar as implicações éticas, sociais e políticas que inscrevem as tecnologias “como expressões de um projeto político que define quem importa, quem deve ser protegido e quem pode ser eliminado” (Bellini e Carniel, 2025), consolidando uma concepção de humanidade profundamente desigual.

Dessa forma, o ensino da computação quando desvinculado de uma perspectiva crítica, pode contribuir para a naturalização das desigualdades e dessas hierarquias. É nesse cenário que se coloca a necessidade de tensionar as formas de ensino da tecnologia no Ensino Técnico, abrindo espaço para abordagens que articulem dimensões técnicas e sociais. Nesse sentido, a cartilha apresentada nesse trabalho e na dissertação do Mestrado, emerge como uma proposta de material paradidático que busca ampliar o espaço da Sociologia e promover leituras e análises críticas sobre a tecnologia digital no contexto escolar e na sociedade.

Diante desse contexto, abre-se a possibilidade de se perceber a escola não apenas como espaço de reprodução de lógicas curriculares e modelos formativos pré-estabelecidos, mas também como um campo de possibilidades e disputas. Por mais que atravessada por processos de padronização e por uma racionalidade neoliberal, a sala de aula permanece como espaço no qual se podem emergir práticas que tensionem essas mesmas estruturas. Nessa perspectiva, bell hooks (2021), propõe uma educação enquanto prática de liberdade e transgressão.

A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração e que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade (hooks, 2021, p. 273).

Essa perspectiva permite compreender a prática docente como um espaço de intervenção, mediação e transgressão crítica, no qual se torna possível tensionar as formas hegemônicas de se ensinar tecnologia, e com isso, reconfigurar os sentidos da formação no Ensino Técnico, incorporando dimensões sociais, políticas e éticas à compreensão das tecnologias digitais.

A CARTILHA COMO PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA SITUADA

Na questão metodológica, a cartilha é construída a partir de uma articulação entre revisão bibliográfica, análise documental crítica e da narrativa reflexiva, sustentada pela experiência docente e pela leitura do currículo oficial e dos materiais produzidos pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, chamados de RCO+Aulas. Trata-se, portanto, de um produto que emerge de uma pesquisa situada, vinculada ao cotidiano escolar e às contradições presentes em meio a implementação do Ensino Técnico. Nesse sentido, vale destacar que a cartilha não é um apêndice ilustrativo da pesquisa, mas como parte constitutiva de seu próprio percurso analítico e de intervenção. Sua elaboração busca expressar a tentativa de traduzir, em um plano pedagógico, as questões teóricas e críticas mobilizadas ao longo da pesquisa.

Dessa forma, compreender a cartilha como parte do percurso de análise implica também reconhecer o currículo como espaço de disputa. Como argumenta Apple (2008), o currículo não é um conjunto neutro de conteúdos, mas um espaço de seleção, exclusão e legitimação de determinados saberes. Assim, os materiais pedagógicos, como o RCO+Aulas, expressam projetos formativos específicos, nos quais certos conhecimentos são priorizados em função de sua “utilidade” e alinhamentos com determinadas demandas econômicas, enquanto outros, são marginalizados ou silenciados. Sendo assim, ao passo em que o RCO+Aulas promete uma melhor organização e até mesmo um apoio à prática docente, acaba impondo um modelo de planejamento previamente estruturado, que tende a restringir a reflexão crítica e o exercício criativo de cada docente.

O controle social e econômico ocorre nas escolas não somente sob a forma das disciplinas ou comportamentos que ensinam – as regras e as rotinas para manter a ordem, currículo oculto que reforça as normas de trabalho, obediência, pontualidade, etc. O controle é também exercido por meio das formas de significado que a escola distribui: o “corpus formal do conhecimento escolar” pode tornar-se uma forma de controle social e econômico (Apple, 2008, p. 103 – grifos do autor).

Tal perspectiva implica compreender a escola não apenas como espaço de aplicação de políticas educacionais, mas como um campo de observação e participação, o qual faz com que a prática docente se constitui também como uma prática investigativa. Como destacam Carniel e Thomaz (2021), esse tipo de abordagem pressupõe “permitir-se ser afetado pelas experiências de estar na escola” (p. 116). Com isso, a construção da cartilha está vinculada diretamente a experiência vivida no cotidiano escolar, de modo que o pesquisador esteve envolvido com as dinâmicas e tensões presentes nesse espaço, desde a apresentação parcial do que viria a ser o Curso Técnico integrado ao Ensino Médio, sua implementação conturbada e descontextualizada das realidades escolares e estudantis, as contradições e percepções de todo o corpo escolar.

A partir dessas análises, a construção dos tópicos das cartilhas teve como ponto de partida as discussões apresentadas ao longo da dissertação, mobilizando especialmente contribuições da Sociologia Digital. Esse novo campo tem se dedicado a compreender como as tecnologias digitais reconfiguram práticas sociais, relações de poder e formas de produção e circulação de dados na contemporaneidade. Com isso, o termo digital que se apresenta na Sociologia Digital pode ser entendido por Nascimento (2020, p. 15) como “continuidade ao mesmo tempo do que extrapola o estudo da tecnologia, do uso dos computadores, da web, e das plataformas”, sendo assim, tem sua centralidade “nas relações que precisam ser estabelecidas entre os métodos digitais, os dados sociais produzidos pelas tecnologias digitais e o legado das teorias sociológicas que nos forma úteis no século XX” (Nascimento, 2020, p. 15).

A construção dos tópicos da cartilha dialoga com uma perspectiva crítica da tecnologia que recusa sua compreensão como neutra ou meramente instrumental. Nesse sentido Zuboff (2021) discute como as plataformas digitais operam a partir da extração massiva de dados, convertendo experiências humanas em matéria-prima para processos de monitoramento, previsão e controle, configurando o que chama de capitalismo de vigilância. Em diálogo com essa abordagem, Faustino e Lippold (2023), destacam que as tecnologias digitais não apenas produzem hierarquias, exclusões e formas de controle que atravessam marcadores como raça, gênero e território. Tal compreensão aproxima-se também da reflexão de Winner (1986), ao afirmar que os artefatos tecnológicos incorporam formas de poder e organização social, sendo inseparáveis das relações que os constituem.

Ao se mobilizar essas contribuições, a cartilha busca desnaturalizar a presença de plataformas digitais no espaço escolar problematizando como plataformas, algoritmos e sistemas de dados participam da produção de desigualdades e da definição de quais sujeitos e

saberes são visibilizados ou silenciados. Dessa forma, a Sociologia Digital, na construção do material, opera como eixo de problematização do próprio ensino da computação.

ENTRE TÉCNICA E CRÍTICA: A CARTILHA COMO PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIOLÓGICA NA ESCOLA

Como discutido anteriormente, a cartilha é apresentada como produto educacional e, embora, inicialmente pensada para a disciplina de Introdução à Computação, não se restringe a ela. Com isso, não se trata de um modelo engessado, e sim como material aberto à adaptação conforme necessidades das pessoas docentes e aos diferentes componentes curriculares.

Mais do que propor conteúdos, a cartilha opera como dispositivo de intervenção sociológica ao deslocar a compreensão da tecnologia de um campo estritamente técnico, para discussões em aspectos sociais, políticos e históricos. Nesse movimento, se buscou tensionar narrativas que associam o ensino da computação exclusivamente à empregabilidade e à eficiência, abrindo espaço para a problematização de desigualdades, relações de poder e disputas de sentido presentes nas tecnologias digitais.

A elaboração da cartilha também se insere em um contexto de escassez de materiais pedagógicos que articulem o Ensino Técnico na área da Computação com reflexões presentes nas Ciências Humanas e Sociais. Levantamentos realizados em bases como as bibliotecas da UFPR e UTFPR, o Portal de Periódicos da CAPES, bem como em plataformas como Google e Google acadêmico, apresentam que, embora existam produções relacionadas à tecnologia, à educação e à própria Sociologia, não foram identificados materiais que articulem de forma direta e sistemática a Sociologia ao Ensino Técnico em Computação no contexto do Ensino Médio (integrado). Mesmo em trabalhos que dialogam parcialmente como essa aproximação, como a cartilha sobre acessibilidade web (Dias, 2022) ou iniciativas interdisciplinares no Ensino Superior (Sobral, 2023), essa articulação não se apresenta como eixo central no Ensino Técnico. Essa ausência não indica a inexistência de produções na área, mas evidencia a fragmentação entre os campos, nos quais as discussões técnicas e sociais tendem a aparecer de forma dissociada.

Essa fragmentação entre as dimensões técnicas e sociais pode ser compreendida como expressão de relações de poder que estruturam simultaneamente a produção das tecnologias e a organização dos currículos, operando na seleção e hierarquização dos saberes e na definição das formas legítimas de conhecer e intervir sobre o mundo. Nesse sentido, a incorporação de

uma perspectiva interseccional torna-se fundamental para compreender como as desigualdades atravessam o acesso, a produção e os usos das tecnologias digitais. Collins (2022) aponta que

A interseccionalidade rejeita essas noções que normalizam a desigualdade, retratando-a como natural e inevitável. Em vez disso, ela aponta para o funcionamento das relações de poder na produção de desigualdades sociais e os problemas sociais que elas engendram (Collins, 2022, p. 71).

Ao refletir sobre a presença e as potencialidades dos saberes, imaginários e perceptivas sociológicas dentro das disciplinas e do currículo do Curso Técnico, começamos, então, a buscar tensionar a invisibilização dessas exclusões, problematizando, assim, quem são os sujeitos e as sujeitas atravessadas pelas decisões tecnológicas e quem fica de fora das narrativas hegemônicas. Nesse movimento, tornam-se visíveis os marcadores de raça, gênero, sexualidade e classe na constituição das tecnologias (Silva, 2020; Silva, 2021). A Sociologia, desse modo, contribui para questionar e problematizar a ideia de um sujeito universal padrão para a tecnologia, homem branco heterossexual e ocidental, sujeito esse frequentemente representado nos campos da computação.

Essa problematização, quando mobilizada no campo educacional, torna-se possível evidenciar como essas relações de poder também atravessam currículos e materiais didáticos, influenciando quais saberes são legitimados e quais sujeitos são visibilizados ou silenciados. Como discutem Apple (2008) e Tadeu (2024), o currículo não apenas reflete desigualdades sociais, mas participa de sua produção, ao selecionar, organizar e hierarquizar conhecimentos.

Desse modo, a o se configurar como material aberto e não prescritivo, a cartilha também tensiona a compreensão da docência como mera execução de conteúdos. Em diálogo com Paulo Freire (2023a), ensinar não se reduz à transferência de conhecimento, mas implica criar condições para que estudantes produzam suas próprias compreensões. Nesse sentido, “não há docência sem discência” (Freire, 2023a, p. 25), o que reforça a necessidade de pensar o ensino da computação como espaço de construção compartilhada do conhecimento.

Paulo Freire (2023b), ainda destaca que

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos, vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia. Nela o educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos de conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em

verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la. (...)

Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são depositários e o educador, o depositante (Freire, 2023b, 79-80).

Com isso, a materialidade dessa proposta se expressa na própria organização da cartilha, que articula conteúdos, exemplos e atividades como objetivo de tensionar o Ensino Técnico a partir de uma perspectiva sociológica. Ao se abordar, por exemplo, a ideia de que a tecnologia não é neutra, o material não se limita à exposição conceitual, mas mobiliza situações concretas e estudos de caso (como a discussão sobre a “política dos artefatos” que articula as discussões de Winner (1986)), para discutir como decisões técnicas incorporam valores, interesses e formas de exclusão social. Nesse movimento, busca-se traduzir conceitos sociológicos em propostas didáticas que permitam com que estudantes possam compreender que algoritmos, sistemas e plataformas não operam de forma isolada, mas estão inseridos em contextos históricos, econômicos e relações de poder.

Durante a construção da dissertação, houve a preocupação em articular teoria e prática, e esta preocupação se estendeu ao se construir um material que não apenas apresentasse conceitos sociológicos, mas que possibilitasse sua apropriação no cotidiano escolar. Nesse sentido, partiu-se de uma compreensão de que não se bastava introduzir conteúdos críticos no ensino da computação, mas que seria necessário construir estratégias que permitissem a sua tradução em práticas pedagógicas concretas, articuladas às experiências de estudantes e aos contextos específicos de cada escola (Adamoski, 2026).

Tal perspectiva ressalta que a proposta da cartilha não se limita à inserção de novos conteúdos, mas busca uma forma que desloque o foco do ensino da tecnologia da execução técnica para a problematização das relações que atravessam os artefatos digitais.

De modo semelhante, ao problematizar a presença da racionalidade neoliberal na educação, a cartilha busca explicitar as transformações no próprio sentido da escola, evidenciando a conversão do estudante em “empreendedor de si” e do conhecimento em competência técnica voltada ao mercado. Ao apresentar essas tensões de forma acessível e situada, o material desloca o ensino da computação de uma lógica centrada na execução de tarefas para uma abordagem que incorpora a reflexão crítica sobre os usos, finalidades e implicações sociais das tecnologias digitais.

Além dos conteúdos e conceitos mobilizados, a cartilha também se diferencia pela forma como organiza e apresenta esses saberes, articulando linguagem acessível, exemplos do

cotidiano e propostas de atividades que buscam aproximar a reflexão sociológica da experiência concreta dos estudantes. Ao mobilizar categorias próprias do campo da computação, articulando-os a problematizações sociológicas, e ao propor exercícios que convidam à observação crítica do entorno, o material não apenas transmite conceitos, mas cria condições para que estudantes possam reconhecer a presença das relações de poder nas tecnologias que utilizam.

Essa organização não se dá de forma aleatória, mas segue uma progressão que parte da problematização do lugar da Sociologia no currículo, passa pela ampliação do conceito de tecnologia e avança para discussões sobre algoritmos, plataformas, vigilância e desigualdades. Nesse sentido, a cartilha busca repensar o ensino da computação ao articular os conteúdos técnicos à problematizações que evidenciam suas dimensões sociais, políticas e históricas.

Com isso, se propõe com a cartilha estratégias pedagógicas que tensionam diretamente o ritmo e a lógica do Ensino Técnico, como a valorização do questionamento (“por que” e “para quem” fazer), a problematização da ideia de eficiência e a criação de espaços de pausa e reflexão em meio à centralidade da prática instrumental. Essas proposições indicam que a intervenção não ocorre apenas no nível dos conteúdos, mas também nas formas de ensinar e aprender, reposicionando a docência como prática de mediação crítica e não como mera condução de conteúdos previamente definidos.

Tal movimento aproxima-se das reflexões de Paraíso (2023), ao compreender o currículo como um campo atravessado por disputas, no qual docentes podem produzir deslocamentos e tensionar formas hegemônicas de organização do conhecimento. Paraíso (2023) se inspirando na obra de Sandra Corazza (O que quer um currículo: pesquisas pós críticas em educação, de 2001), elenca três perguntas para problematizar, e descolonizar o currículo: o que se quer dizer, o que se quer e o que se pode fazer. Essas questões permitem perceber tanto seus limites quanto suas possibilidades de reinvenção no cotidiano escolar.

Com isso, se busca com a cartilha atuar como uma forma de reinscrição do currículo no cotidiano escolar, ao abrir brechas para a inserção de debates sociológicos em um campo historicamente marcado pela centralidade da técnica. Trata-se de um movimento que não nega a importância dos conhecimentos técnicos, mas busca ampliar seus sentidos, articulando-os a discussões sobre desigualdade, poder, vigilância, trabalho e produção de dados, de modo a contribuir para uma formação que ultrapasse a dimensão estritamente instrumental.

É nesse contexto que a cartilha pode ser compreendida como parte de uma prática pedagógica comprometida com a ampliação das possibilidades formativas no ensino da

computação. Ao se constituir como material aberto, situado e crítico, a cartilha insere-se justamente nesse campo de possibilidades, ao propor deslocamentos no ensino da computação que permitem não apenas compreender a tecnologia, mas também questioná-la, ressignificá-la e, sobretudo, disputar seus sentidos no interior da escola pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou discutir que o Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, no contexto da Reforma implementada no Paraná, não pode ser compreendido apenas como uma reorganização curricular, mas como parte de um processo mais amplo de reconfiguração da educação orientado por uma racionalidade neoliberal. Nesse cenário, a centralidade atribuída à formação técnica e à lógica da empregabilidade tende a reduzir o espaço das Ciências Humanas, particularmente da Sociologia, ao mesmo tempo em que reforça a ideia de neutralidade das tecnologias digitais.

Ao tensionar essa compreensão, o trabalho partiu da proposição de que a Sociologia constitui uma dimensão fundamental para problematizar as relações sociais, políticas e econômicas que atravessam a produção e o uso das tecnologias digitais. A partir dessa perspectiva, a cartilha foi elaborada como um material que busca articular essas dimensões, propondo abordagens que deslocam o ensino da computação de uma lógica estritamente instrumental para uma leitura crítica e situada da tecnologia.

Mais do que um recurso didático, a cartilha foi compreendida como uma forma de intervenção no currículo, construída a partir do cotidiano escolar e das tensões vivenciadas na implementação do curso técnico. Ao propor atividades, discussões e estratégias pedagógicas que incorporam temas como algoritmos, vigilância, desigualdades e plataformas digitais, o material apresenta que é possível produzir deslocamentos no interior de currículos marcados pela padronização e pela centralidade da técnica.

Nesse sentido, o trabalho reforça que a prática docente não se limita à execução de conteúdos previamente definidos, mas se constitui como espaço de mediação, criação e disputa de sentidos. Mesmo em contextos marcados pela redução da Sociologia e pelo esvaziamento das Ciências Humanas, a escola pública permanece como um espaço no qual é possível construir práticas educativas que questionem a naturalização das desigualdades e ampliem os horizontes de formação dos estudantes.

Por fim, ao articular pesquisa sociológica, prática docente e produção de material pedagógico, este estudo aponta para as potencialidades dos produtos educacionais no âmbito dos mestrados profissionais, apresentando que tais produções podem contribuir não apenas para o cotidiano escolar, mas também para o fortalecimento de uma educação comprometida com a criticidade, a justiça social e a formação de sujeitos capazes de compreender e intervir no mundo em que vivem.

A cartilha pode ser acessada em: <https://heyzine.com/flip-book/8bc839f7d2.html>



REFERÊNCIAS

ADAMOSKI, Tiago Manika. **O que a Sociologia pode ensinar ao Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas?** Cartilha didática para uma educação além do algoritmo. 2026. 160 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2026.

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Tradução: Vinicius Figueira. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2025.

BELLINI, Kaue Felipe Nogarotto Crima; CARNIEL, Fagner. Tecnologia de controle e a produção da humanidade: inteligência artificial, racismo e segurança pública no Brasil. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 33, n. 65, p. 114–129,

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

BUENO, Z. P.; CARNIEL, F. Recursos livres, livros fechados: uma análise da dimensão interativa dos objetos educacionais digitais no ensino da sociologia. **Política & Sociedade**, v. 14, n. 31, p. 132-154, 2015.

CARNIEL, F.; THOMAZ, D. Quando o campo é o estágio: etnografia e formação docente. **Campos–Revista de Antropologia**, v. 22, n. 2, p. 115–131, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DIAS, Gisela Lourenço. **Desenvolvimento de uma cartilha digital sobre acessibilidade web**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sistemas de Informação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/4030> . Acesso em 15 de outubro de 2025.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 86. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023b.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. Folha de S. Paulo, São Paulo, v. 3, 2021.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.

NASCIMENTO, L. F. **Sociologia digital: uma breve introdução**. EDUFBA, 2020.

PARAÍSO, M. A. **Currículos: teorias e políticas**. São Paulo: Contexto, 2023.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. 2020. 249 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, I. L. F. Dez anos do Ensino de Sociologia na Educação Básica do Paraná: refletindo a respeito das conquistas e dos esforços diante de desafios permanentes e inerentes às dinâmicas culturais e sociais modernas. **IF-Sophia: revista eletrônica de investigações Filosófica, Científica e Tecnológica**, v. 3, n. 13, p. 36–46, 2017.

SOBRAL, André Vinicius Leal. **Reinventando o curso “computadores e sociedade”: ensino-pesquisa-extensão transformando a sala de aula**. 2023. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TADEU, T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

WINNER, L. **Artefatos têm política?** In: tradução: Fernando Manso. 1986. v. 21. Tradução disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/cact/wp-content/uploads/sites/2/2018/08/WINNER-1986-Artefatos-t%C3%AAm-politica.pdf> com Acesso em 10 janeiro de 2026

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2021.